



ACERBI CAMPAGNARO  
COLNAGO CABRAL

ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

---

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

LOPES COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA.

PERÍODO: OUTUBRO A NOVEMBRO 2020

20. JANEIRO.2021

# SUMÁRIO



1. Introdução .....	pg 3
2. A empresa, sua crise e sua recuperação judicial.....	pg 4
3. Informações gerais .....	pg 5
3.1 Informações contábeis .....	pg 5
3.2 Informações financeiras .....	pg 12
4. Informações específicas .....	pg 14
4.1 Concorrência .....	pg 14
4.2 Crise financeira .....	pg 15
5. Cronograma processual.....	pg 16
6. Conclusão .....	pg 17

.1

# INTRODUÇÃO

Acerbi Campagnaro Colnago Cabral Administração Judicial, nomeada nos autos da Recuperação Judicial da Lopes Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda – Em Recuperação Judicial (doravante denominada apenas CASA LOPES), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência apresentar Relatório de Atividades referente ao período de **outubro a novembro de 2020**.

O presente está lastreado em elementos fornecidos pela Recuperanda, analisados em conjunto com a petição inicial e demais documentos acostados aos autos, assim como com os elementos apurados pela Administradora Judicial e pelo Perito, em conformidade com o previsto no artigo 22, II, “c”, da Lei n. 11.101/2005.

A partir deste relatório, o Juízo recuperacional, os credores e demais interessados terão acesso às principais informações processuais, financeiras e contábeis da Recuperanda, analisadas conjuntamente pela Administradora e pelo Perito nomeados pelo juízo.

A apresentação deste relatório observará periodicidade regular, abrangendo informações do período anterior à emissão, com o objetivo complementação e comparação das informações, de modo a viabilizar adequado acompanhamento do quadro evolutivo da empresa.

A Administradora Judicial reitera, como feito em outras manifestações processuais e extraprocessuais, sua disponibilidade para prestação de esclarecimentos a qualquer interessado, ratificando sua atuação transparente e compromissada direcionada para a preservação da empresa com adequado atendimento aos direitos dos credores.

**Taciani Acerbi Campagnaro Colnago Cabral**

*Administradora Judicial*  
OAB/MG 170.449



## .2

## A EMPRESA, SUA CRISE E SUA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A CASA LOPES formulou pedido de recuperação judicial em 20 de agosto de 2019, havendo seu processamento sido deferido em 16 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Araguari/MG, no processo n.º 5003932-02.2019.8.13.0035.

Fundada em 01 de junho de 1976, a CASA LOPES é uma empresa familiar do segmento de supermercado varejista.

Foram apontadas como causas que levaram ao requerimento da Recuperação Judicial os seguintes motivos:

- Concorrência;
- Crise financeira; e
- Retração e inadimplência dos consumidores.

Com intuito de demonstrar a evolução do feito até o atual momento, esta Administradora Judicial apresenta linha do tempo com os atos de maior relevância realizados no feito, a seguir:

Registra-se que o processo se encontra em fase de julgamento das impugnações e habilitações judiciais.



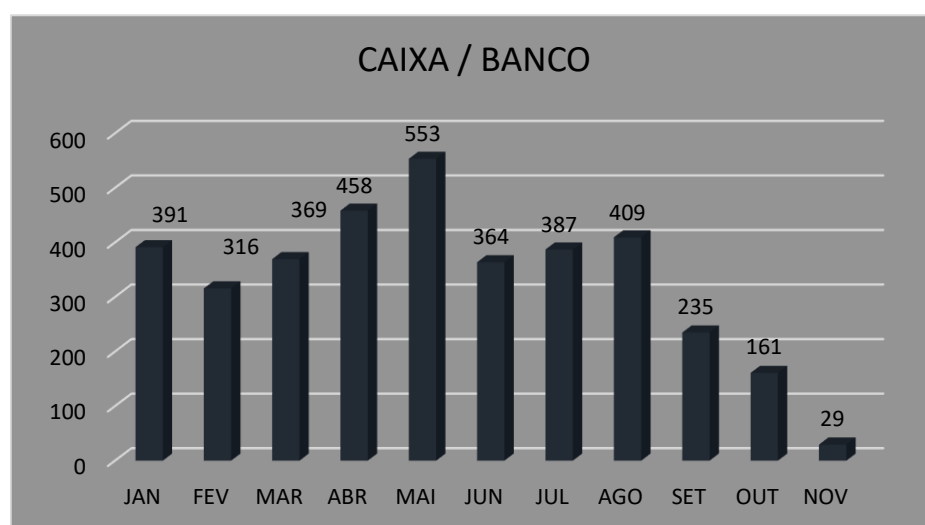


.3

## INFORMAÇÕES GERAIS

### 3.1 Informações Contábeis

A análise da rubrica “Caixa/Bancos” aponta que, entre setembro e novembro, houve redução de 87,46% (oitenta e sete vírgula quarenta e seis por cento), alcançando saldo de R\$ 29.437,02 (vinte e nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais e dois centavos).

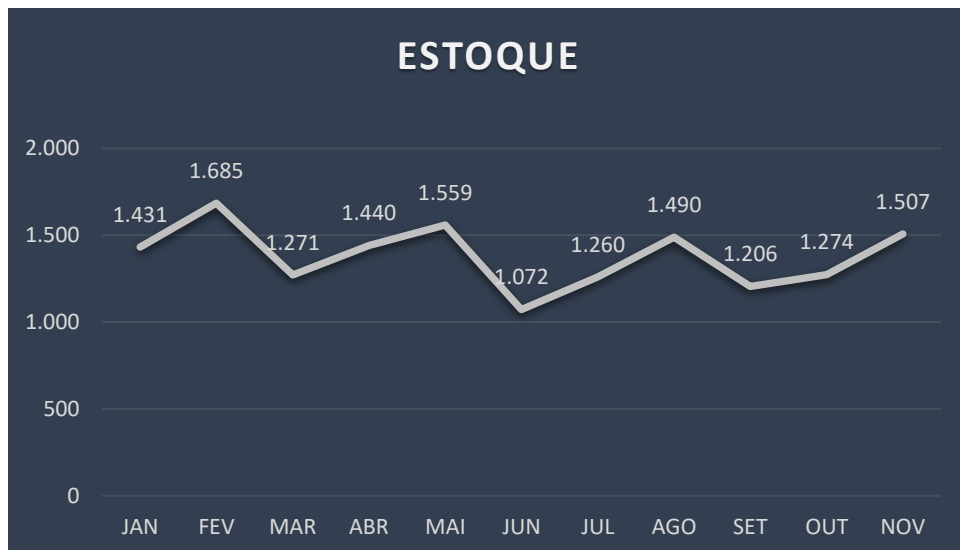


\*Valores em milhares de reais

Conforme nota explicativa apresentada pela Recuperanda, a conta “Caixa/Bancos” apresentou redução, tendo em vista que a Recuperanda ainda está efetuando compras à vista, bem como em razão do aumento das compras em novembro.

Esta Administradora Judicial exalta a importância de que a movimentação da conta “Caixa/Banco” seja desmembrada nas rubricas “Caixa” e “Bancos”, de modo a refletir de forma adequada e transparente as operações do fluxo de caixa e das operações bancárias.

Analisando a rubrica “*Estoque*”, verifica-se que a partir de setembro houve crescimento de 24,99% (vinte e quatro vírgula noventa e nove por cento), saindo de R\$ 1.206.092,49 (um milhão, duzentos e seis mil e noventa e dois reais e quarenta e nove centavos) para R\$ 1.507.471,68 (um milhão, quinhentos e sete mil, quatrocentos e setenta e um mil e sessenta e oito reais).



\*Valores em milhares de reais

Conforme informado pela Recuperanda, o aumento no estoque se deu devido à ausência do procedimento de baixa na venda das bebidas.

Importante salientar que todos os atos devem ser registrados na própria competência, a fim de que os registros sejam o mais fidedigno possível.

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Em relação à conta “*Fornecedores*”, observa-se pela representação gráfica que houve um crescimento considerável, saindo do saldo zero para R\$ 104.263,32 (cento e quatro mil, duzentos e sessenta e três reais e trinta e dois centavos) em novembro.

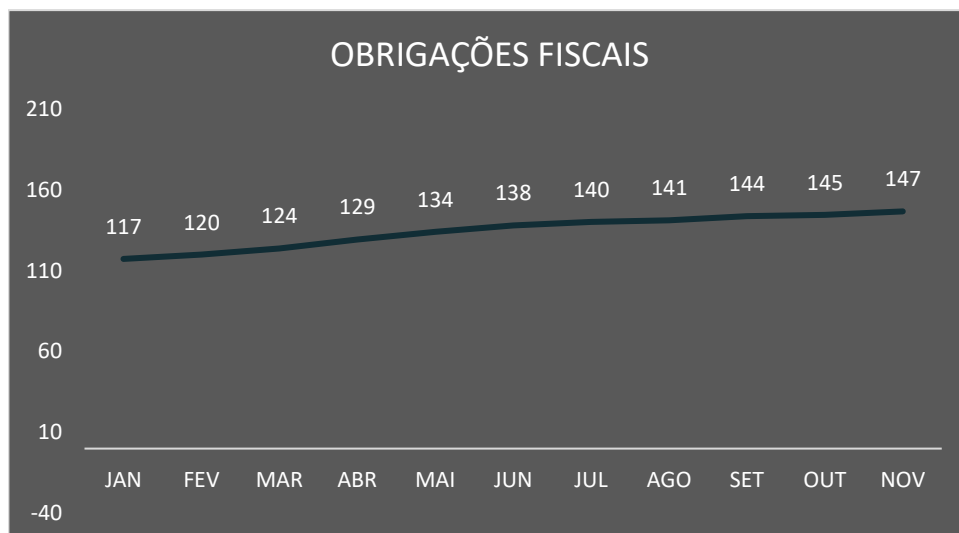
Tal saldo decorre do crédito que o fornecedor “UBERLÂNDIA REFRESCOS” voltou a disponibilizar à Recuperanda nas compras a prazo.



\*Valores em reais

Vale ressaltar que na conta em comento constavam escriturados apenas os fornecedores de curto prazo pois, após deferimento da recuperação judicial, os fornecedores afetados pelo procedimento recuperacional foram reclassificados para a conta “*Credores Quirografários*”, escriturados no passivo não circulante no montante de R\$ 275.195,90 (duzentos e setenta e cinco mil, cento e noventa e cinco reais e noventa centavos).

No que tange às “Obrigações Fiscais”, houve aumento de 2,06% (dois vírgula zero seis por cento) entre setembro e novembro, totalizando débito de R\$ 146.703,14 (cento e quarenta e seis mil, setecentos e três reais e quatorze centavos).



\*Valores em milhares de reais

A Administradora Judicial informa que as obrigações fiscais são compostas pelos seguintes débitos: PIS, no valor de R\$ 23.526,02 (vinte e três mil, quinhentos e vinte e seis reais e dois centavos); COFINS, no valor de R\$ 114.122,57 (cento e quatorze mil, cento e vinte e dois reais e cinquenta e sete centavos); e ICMS, no valor de R\$ 9.054,55 (nove mil e cinquenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

Com base nestas informações, ressalta-se que a Recuperanda não apresentou os comprovantes de pagamento dos débitos fiscais inerentes às suas atividades, o que representa fator de risco, haja vista que tal inadimplência pode gerar sanções graves, principalmente de natureza pecuniária, além de inviabilizar a homologação do plano de recuperação judicial.



Relativamente ao saldo “*Outras Obrigações*”, observa-se que tal rubrica segue tendência de aumento, saindo de R\$ 127.865,82 (cento e vinte e sete mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) para R\$ 131.815,78 (cento e trinta e um mil, oitocentos e quinze reais e setenta e oito centavos), o que representa crescimento de 3,09% (três vírgula zero nove por cento).



\*Valores em milhares de reais

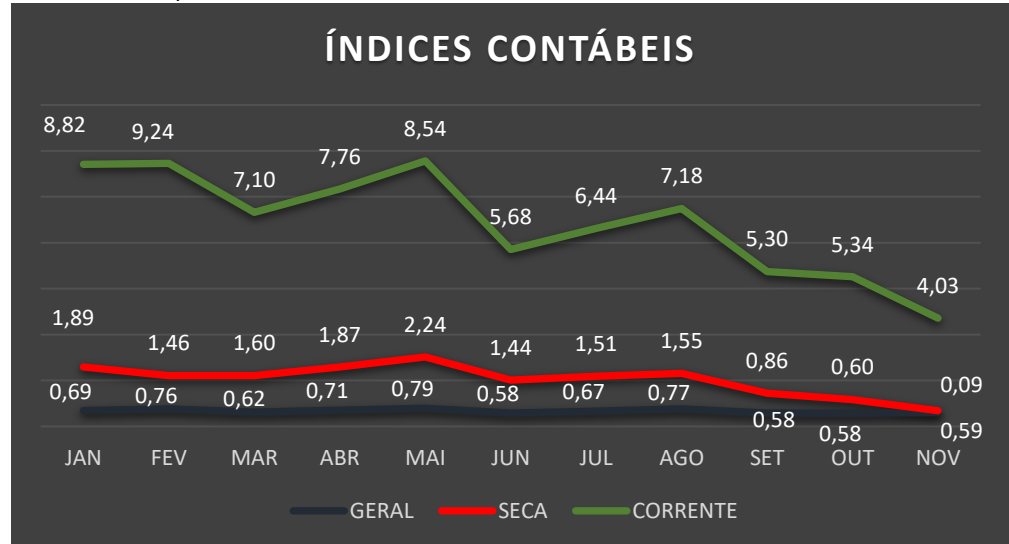
Nesta análise, constatou-se que a subconta que sofreu maior variação foi “*INSS A RECOLHER*”, que saiu de R\$ 52.790,00 (cinquenta e dois mil, setecentos e noventa reais) para R\$ 53.940,32 (cinquenta e três mil, novecentos e quarenta reais e trinta e dois centavos).

Sob este ponto, uma vez mais a Administradora Judicial registra que a Recuperanda não apresentou os comprovantes de pagamento do INSS. Tal inadimplência pode gerar sanções graves, além de prejudicar a homologação do plano de recuperação judicial.

Pelo exposto é necessário que a Recuperanda promova a quitação dos valores.

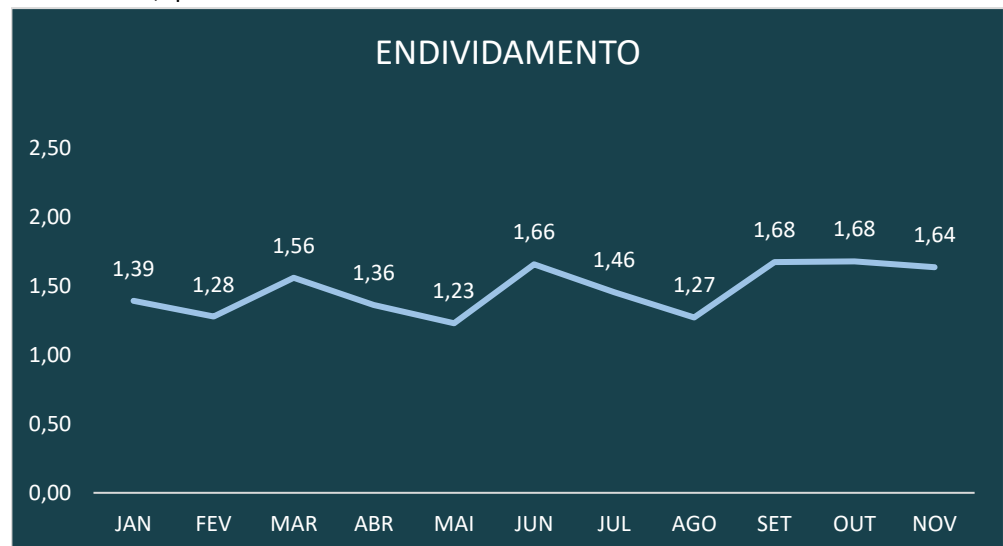
No âmbito das informações contábeis, o gráfico abaixo indica que os índices de liquidez geral e seca estão abaixo do ideal 1, por manterem relação direta com as obrigações a longo prazo, como é o caso dos fornecedores sujeitos à recuperação judicial. Já o índice de liquidez corrente, que mede a capacidade de a Recuperanda liquidar suas obrigações de curto prazo, se encontra favorável, acima do valor de referência.

Índice ideal 1, quanto maior melhor



A despeito disto, o índice de endividamento apresentou queda entre setembro e novembro de 2020, o que indica a necessidade de a Recuperanda continuar tomando medidas para arrefecer tal cenário, o que é fundamental para sua reestruturação.

Índice ideal 1, quanto menor melhor



O capital de giro corresponde aos recursos necessários para que uma empresa mantenha sua atividade. Neste sentido, indica a capacidade de a empresa custear suas obrigações de curto prazo.

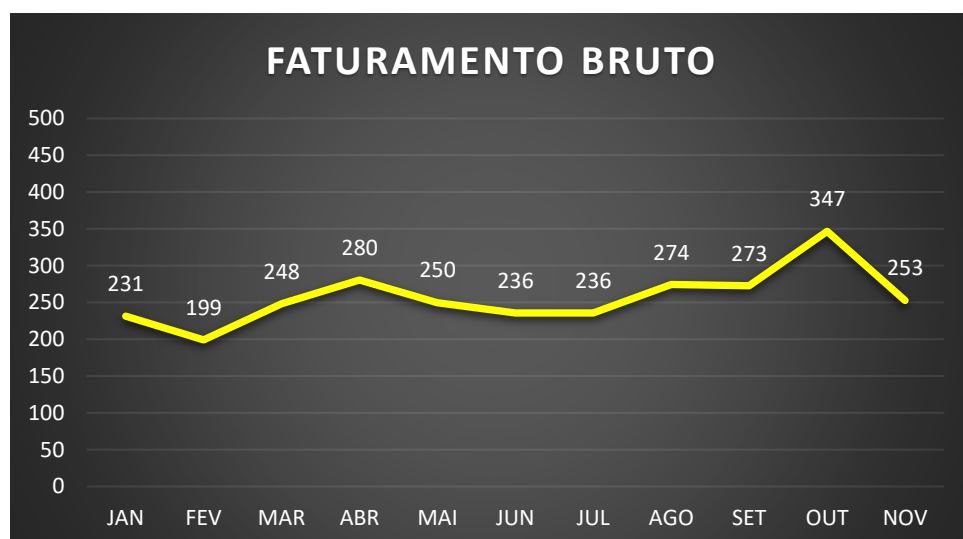
Conforme se observa no gráfico abaixo, apesar de haver apresentado queda insignificante entre setembro e novembro, o capital de giro líquido da Recuperanda apresenta saldo positivo.



\*Valores em milhares de reais

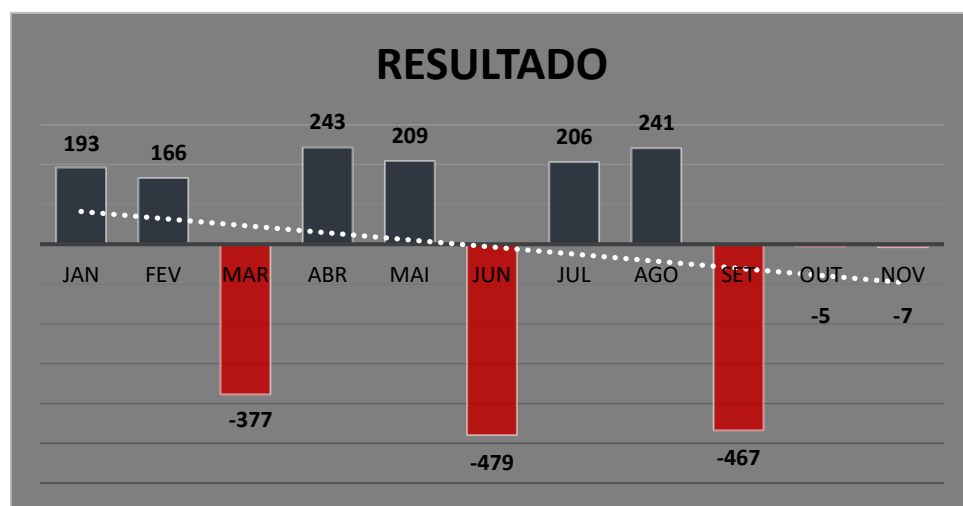
## 3.2 Informações financeiras

Passando à análise do faturamento bruto, conforme demonstração gráfica abaixo, tal índice apresentou queda de 7,45% (sete vírgula quarenta e cinco por cento), saindo de R\$ 272.951,31 (duzentos e setenta e dois mil, novecentos e cinquenta e um reais e trinta e um centavos) para R\$ 252.617,37 (duzentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e dezessete reais e trinta e sete centavos).



\*Valores em milhares de reais

Em relação à conta “Custo de Mercadoria Vendida”, o mês de novembro findou com saldo de R\$ 226.874,10 (duzentos e vinte e seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e dez centavos).

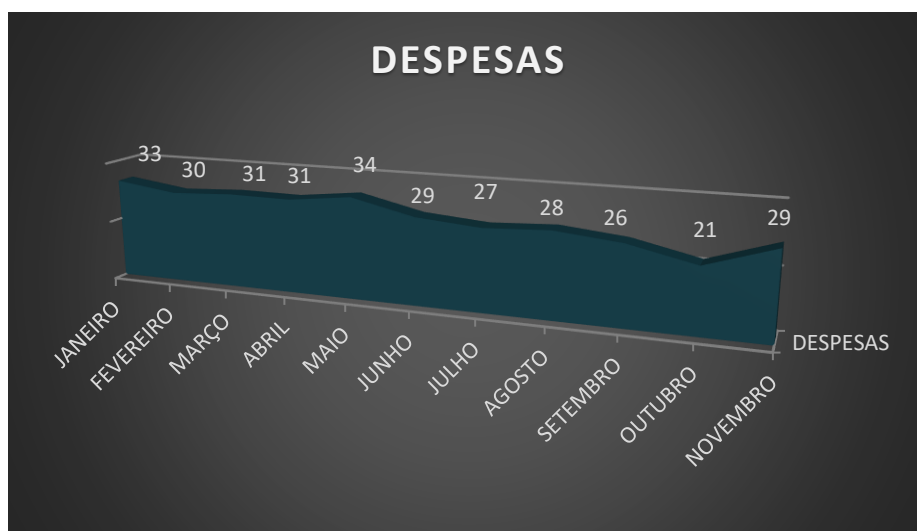


\*Valores em milhares de reais

Até o terceiro trimestre, o “Custo de Mercadoria Vendida” era reconhecido apenas no último mês do trimestre, o que pode ser constatado pelos prejuízos apurados nos meses de março, junho e setembro. A partir de outubro tais custos passaram a ser reconhecidos mensalmente.

Uma análise importante a ser feita diz respeito às despesas da Recuperanda, eis que influenciam diretamente em seu vigor financeiro.

Conforme representação gráfica abaixo, as despesas da CASA LOPES aumentaram em 9,17% (nove vírgula dezessete por cento) de setembro a novembro, alcançando resultado final de R\$ 28.529,84 (vinte e oito mil, quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos).



\*Valores em milhares de reais

O total das despesas em setembro representaram 9,57% (nove vírgula cinquenta e sete por cento) do faturamento, sendo que em novembro esse percentual foi de 11,29% (onze vírgula vinte e nove por cento).

É importante a adoção de política de redução de despesas, mediante planejamento e gerenciamento dos custos diretos e indiretos, buscando a majoração do resultado e a consequente reestruturação da Recuperanda no processo de recuperação judicial.



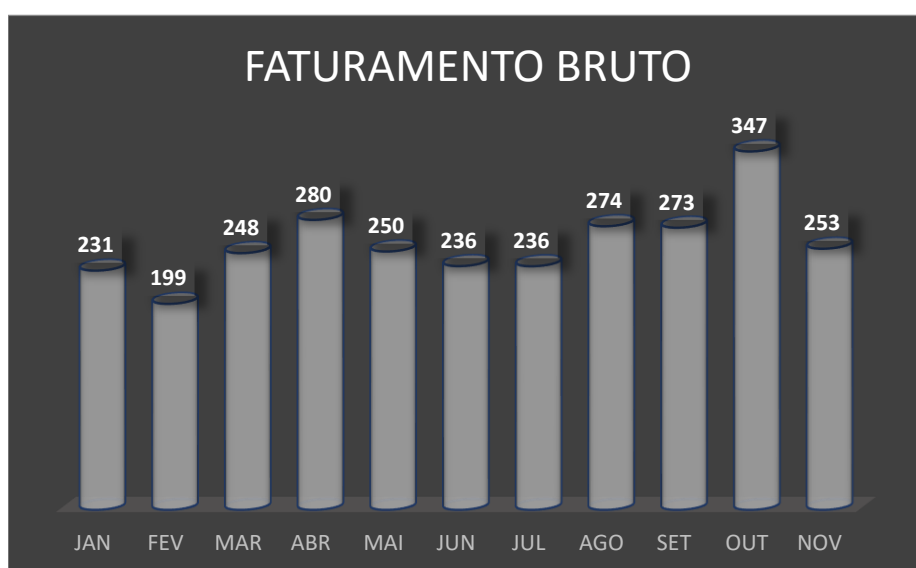
## .4

## INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS

## 4.1 Concorrência

Avaliando a situação das causas que ensejaram o pedido de recuperação judicial, a abertura de grandes redes de supermercados na região foi fator crucial para a crise que se instaurou na CASA LOPES.

As grandes redes varejistas possuem maior poder aquisitivo para reposição de estoque e investem consideráveis somas em campanhas de *marketing* para aumentar a clientela, fazendo com que as pequenas redes de supermercados, como o caso da Recuperanda, fiquem em desvantagem.



\*Valores em milhares de reais

Conforme demonstrado, a Recuperanda apresentou queda de 7,45% (sete vírgula quarenta e cinco por cento) no seu faturamento entre setembro e novembro.

Para minimizar o impacto da concorrência e voltar a crescer, é necessário um planejamento estratégico para maximizar as receitas, bem como minimizar as despesas e as desvantagens da concorrência das grandes redes de supermercados.

## 4.2 Crise Financeira

O ano de 2016, apesar de haver se mostrado um período lucrativo para a Recuperanda, foi o início de uma trajetória conturbada em termos políticos no Brasil, perdurando até os dias atuais e, por consequência, era de se prever que a área econômica não saísse ilesa.

Nesse contexto, a crise do varejo e o aumento da concorrência na região de atuação da Recuperanda, em especial com a chegada de grandes redes de supermercados com renome internacional, dispendo de vasta quantidade de recursos, gerou processo de declínio financeiro da empresa, que culminou com o pedido de recuperação judicial em 2019.

No ano de 2020 mais um agravante foi acrescentado ao delicado cenário da Recuperanda: a pandemia do COVID-19, que provocou estrangulamento da economia mundial devido às medidas para frear a disseminação do vírus.

Após primeiro impacto da pandemia, percebe-se que a Recuperanda vem conseguindo manter seu faturamento ao longo do exercício, mesmo havendo queda de 7,45% (sete vírgula quarenta e cinco por cento) entre setembro e novembro.

.5

## CRONOGRAMA PROCESSUAL

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## CRONOGRAMA PROCESSUAL

PROCESSO N.º: 5003932-02.2019.8.13.0035

RECUPERANDA: LOPES COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA.

DATA	EVENTO	LEI. 11.101/05
20/08/2019	Ajuizamento do pedido de recuperação	
16/12/2019	Deferimento do pedido de Recuperação	art. 52, inciso I, II, III, IV e V §1º
17/12/2019	Publicação do deferimento no Diário Oficial	
17/02/2020	Apresentação do plano de Recuperação ao Juízo (60 dias após a publicação do deferimento da recuperação)	art. 53
09/04/2020	Publicação do 1º Edital pelo devedor	art. 52, §1º
24/04/2020	Fim do prazo para apresentar habilitação e divergências ao AJ (15 dias da publicação do 1º Edital)	art. 7º, §1º
02/10/2020	Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no Diário Oficial	art. 53, § Único
02/10/2020	Publicação do Edital pelo AJ - 2º Edital (45 dias após apresentação de habilitação/divergências)	art. 7º, §2º
01/11/2020	Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias após a publicação do 2º Edital ou 30 dias após a publicação do aviso de recebimento do PRJ)	art. 53, § Único e art. 55, § Único
14/10/2020	Fim do Prazo para apresentar impugnações ao Juízo (10 dias - após publicação do Edital Art. 7º, §2º)	art. 8º
	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ - AGC (15 dias de antecedência da realização do AGC)	art. 36
	1ª Convocação da assembleia Geral de Credores	art. 36, I
	2ª Convocação da Assembleia Geral de Credores	art. 36, I
	Prazo limite para votação do PRJ em AGC (150 dias após o deferimento da recuperação)	art. 56 § 1º
	Fim do prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra o devedor (180 dias após o deferimento da recuperação)	art. 6º, § 4º
	Homologação do PRJ	art. 58
	Fim do prazo de recuperação judicial, se cumpridas todas as obrigações previstas no PRJ (2 anos após o deferimento de recuperação judicial)	art. 61
	Eventos Ocorridos	

## .6 CONCLUSÃO

O exame acurado das demonstrações financeiras e contábeis da CASA LOPES evidencia que, apesar de o índice de liquidez corrente estar acima do valor de referência, indicando a capacidade de a Recuperanda arcar com suas obrigações de curto prazo, vem caindo ao longo dos meses. Já os índices de liquidez seca e geral se mantêm abaixo do valor de referência, demonstrando que a Recuperanda não possui liquidez no longo prazo.

Importante demonstrar que o faturamento bruto da Recuperanda apresentou queda de 7,45% (sete vírgula quarenta e cinco por cento), o que indica a necessidade de que a Recuperanda implemente ações para otimizar seus resultados.

Até o terceiro trimestre a contabilidade realizava fechamento trimestral, alocando o custo de mercadoria vendida (CMV) apenas no último mês do referido trimestre. Porém, a partir de outubro, os custos passaram a ser alocados mensalmente, demonstrando resultado real da atividade.

Assim, por estes fundamentos, reputa esta Administradora Judicial a importância da readequação dos procedimentos adotados pela Recuperanda, sem prejuízo da adoção de outras tantas medidas necessárias à retomada do empreendimento, respeitando sua situação financeira.

Belo Horizonte/MG, 20 de janeiro de 2021.

**Taciani Acerbi Campagnaro Colnago Cabral**

*Administradora Judicial*  
OAB/MG 170.449